

# RELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO, FINANCEIRO E DE ATIVIDADES COM O IGC DAS IES DO SISTEMA ACAFE

## RELATIONSHIP BETWEEN INDICATORS OF ECONOMIC, FINANCIAL AND ACTIVITY PERFORMANCE WITH THE IGC OF THE HEARTS OF THE ACAFE SYSTEM

Evandro De Nez **1**

Julio Cesar Lopes de Souza **2**

Maria José Carvalho de Souza Domingues **3**

**Resumo:** O presente estudo analisa a relação entre o desempenho econômico, financeiro e de atividades com o IGC das instituições de ensino superior em Santa Catarina e associadas ao Sistema ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais). O objetivo do estudo é identificar se existe relação entre o desempenho econômico, financeiro e de atividades das fundações do segmento de ensino superior através de seus indicadores de liquidez, endividamento e de atividade com o seu IGC como índice de qualidade do ensino. A presente pesquisa é descritiva, os dados foram coletados através dos demonstrativos financeiros e da relação oficial do IGC, de 15 instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina. Para realizar a análise foi utilizada estatística descritiva e correlação de Pearson. Os resultados demonstraram que existe uma fraca relação entre o desempenho financeiro, econômico e de atividades das instituições e a qualidade do ensino, representado pelo IGC, seja esta relação positiva ou negativa, o que leva a concluir que instituições de ensino com melhor índice de qualidade não necessariamente são as que possuem os melhores índices econômicos, financeiros e de atividades, demonstrando com isso que a qualidade de ensino deve estar mais ligada a aspectos qualitativos do que em aspectos quantitativos, neste caso, financeiros e econômicos.

**Palavras-Chave:** Ensino Superior; Indicadores de Qualidade no Ensino; Indicadores econômico/financeiros; Indicadores de Atividades.

**Abstract:** The present study analyzes the relationship between the economic, financial and activity performance with the IGC of higher education institutions in Santa Catarina and associated to the ACAFE (Santa Catarina Association of Educational Foundations). The objective of the study is to identify if there is a relationship between the economic, financial and activity performance of the foundations of the higher education segment through its indicators of liquidity, indebtedness and activity with its IGC as an index of teaching quality. The present research is descriptive, the data were collected through the financial statements and the official relationship of the IGC of 15 institutions of higher education of the State of Santa Catarina. Descriptive statistics and Pearson's correlation were used to perform the analysis. The results showed that there is a weak relation between the financial, economic and activity performance of the institutions and the quality of education, represented by the IGC, whether this relationship is positive or negative, which leads to the conclusion that higher quality education institutions are not necessarily the ones with the best economic, financial and activity indexes, thus demonstrating that the quality of education should be more related to qualitative aspects than to quantitative aspects, in this case, financial and economic.

**Keywords:** Higher education; Quality Indicators in Teaching; Economic/financial indicators; Activity Indicators.

Doutorando em Ciências Contábeis e Administração na Fundação Universidade Regional de Blumenau. E-mail: evandronez@hotmail.com **1**

Doutorando em Ciências Contábeis e Administração na Fundação Universidade Regional de Blumenau. E-mail: juliolopes@furb.br **2**

Doutora em Engenharia de Produção na Fundação Universidade Regional de Blumenau. E-mail: mariadomingues@furb.br **3**

## Introdução

No Brasil observou-se em anos recentes o crescimento acentuado da educação superior (ES), fenômeno contemporâneo apontado no estudo diagnóstico desenvolvido por Sguissardi (2014), que investigou a expansão do acesso à educação superior no país entre 2002 e 2012. Esse fato influenciou fortemente a gestão das instituições de ES, privadas e públicas. Isso decorreu de fatores objetivos, como a adoção de políticas focais pelo Estado, como Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e o incentivo governamental dado às instituições privadas, até como forma de suprir a ineficiência do Estado em cumprir suas funções sociais mais elementares (SGUISSARDI, 2014).

Dentro desse quadro as instituições do terceiro setor, que abrangem organizações de ES com acentuada atuação pública, também foram influenciadas e passaram a demonstrar mais distintamente seu papel na sociedade, tornando-o cada vez mais relevante (ASSIS; MELLO; SLONSKI, 2006).

O desenvolvimento das organizações sem fins lucrativos também pode ser explicada pela falha do mercado em atender as necessidades geradas pela insatisfação com a demanda dos bens públicos. Esta teoria prevê que a evolução do terceiro setor deve-se às falhas do Estado para fornecer as necessidades de bens públicos desejados pelas pessoas, e que o mercado também não é capaz de fornecer (SALAMON; ANHEIR, 1996).

Salamon e Anheir (1996) apontam cinco características básicas dessas organizações: (i) organização que é a formalização e institucionalização das entidades; (ii) privada, ou seja, institucionalmente separada do governo; (iii) sem fins lucrativos, assim não existe o retorno dos lucros aos sócios, diretores ou proprietários; (iv) autogoverno, capacidade para controlar suas próprias atividades, e; (v) voluntária, onde existe um grau de participação de voluntários.

A maioria das organizações filantrópicas sobrevive com recursos públicos e doações. Neste caso a transparência é imprescindível para o alcance do sucesso da entidade e a maximização dos benefícios sociais, o que obrigatoriamente as leva a prestar contas de seus projetos (FALCONER, 1999).

As organizações do terceiro setor não são caracterizadas nem como públicas e nem como privadas, apresentando estrutura de direito privado com finalidade pública, remetendo a formas de prestação de contas e análise de desempenho por seus *stakeholders* (CRUZ *et al.*, 2009). Para o fornecimento dessas informações, é necessária a utilização de ferramentas de gerenciamento e avaliação de desempenho, propiciando aos *stakeholders* tomar decisões inerentes às atividades desenvolvidas e os resultados gerados à sociedade.

Os indicadores de desempenho são ferramentas essenciais, tanto para usuários internos como para externos. A utilização de indicadores econômicos e financeiros no ambiente interno da organização, auxilia os gestores em diversos aspectos como na captação de recursos, decisão de investimentos, tomada de decisões e gerenciamento da entidade, e, no ambiente externo, é útil para atrair investidores sociais.

Além dos indicadores de desempenho econômico e financeiros, as organizações também podem ser avaliadas pelos indicadores de qualidade. Este estudo aborda a qualidade da educação superior, que dentre suas competências, tem como objetivo oferecer ensino de qualidade aos seus acadêmicos. Para Pinto, Heinzen e Melo (2005, p. 105) as instituições pactuam “com o compromisso do desenvolvimento multidimensional humano, capacitando os sujeitos para a interação ao meio físico, moral, político, social, científico e tecnológico de forma crítica, criativa e ética”, ressaltando ainda que o momento vivenciado pelas instituições de ensino caminha para novos rumos, especialmente no que tange ao seu desempenho.

Neste contexto, o presente estudo procura responder a seguinte questão: Qual a relação entre os indicadores de desempenho econômico, financeiro e de atividades com o IGC das instituições de ensino superior das fundações educacionais do estado de Santa Catarina? Para responder à questão norteadora da pesquisa tem-se como objetivo analisar a relação entre os indicadores de desempenho econômico, financeiro e de atividades com o IGC das instituições de ensino superior das fundações educacionais do estado de Santa Catarina?

Apesar da variada produção acadêmica e dos diversos registros tendo como objeto o estudo das entidades do terceiro setor, faz-se necessário ainda muitas reflexões a fim de produzir

fundamentos conceituais e metodológicos essenciais para a gestão dessas organizações. Esta pesquisa visa contribuir com a elucidação da relação entre o desempenho financeiro e a qualidade de ensino das instituições de ensino superior.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Nesta primeira, é apresentado o contexto em que se insere este estudo e sua relevância, o problema e o objetivo central do artigo. Na segunda seção, é realizada a discussão acerca da fundamentação sobre indicadores de qualidade de ensino e desempenho aplicados às organizações do terceiro setor. Após, aborda-se a metodologia utilizada para realização da pesquisa, e a apresentação das variáveis estudadas. Posteriormente, realiza-se a análise dos dados apresentando os achados da pesquisa. Por último, expõem-se as conclusões e considerações finais.

## Referencial Teórico

No referencial teórico apresentar-se á a teoria acerca do assunto do artigo, sendo dividido em três partes: qualidade do ensino superior e indicadores de desempenho no terceiro setor.

## Qualidade e Avaliação do Ensino Superior Brasileiro

A qualidade do ensino superior brasileiro vem sendo discutida nos últimos anos com destaque, pelos agentes políticos, pelos profissionais da educação e na literatura especializada (REGO, 2001; GOMES, 2002; WEBER, 2003; ALENCAR e FLEITH, 2004; et.al., 2005). Esta significativa expressão do tópico representa, em grande medida, a expansão para o domínio educativo de uma filosofia de gestão que, desde há muito, se vem tentando implementar nas empresas industriais e de serviços (REGO, 2001).

Para Demo, (2001, p. 147) “cabe a Universidade assumir um papel importante em um contexto de humanizar a modernidade” e é nesse contexto que a sociedade deposita expectativas de resultados e ensino de qualidade nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Durante anos a qualidade da educação brasileira não foi prioridade para os governantes. A história mostra que em 1937 foi criado o Instituto Nacional de Pedagogia, com a função de pesquisar sobre os problemas do ensino em todos os seus aspectos, porém, não especificamente em qualidade. Em 1938, seu nome foi alterado, assim como seus objetivos passando a se chamar de INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com a função de ser centro de estudo das questões gerais da educação, sendo que no primeiro ano focou suas funções em psicologia escolar e aos gastos do governo com a educação, novamente não tendo a qualidade como enfoque principal, (NETO, 2007).

A primeira evidenciação referente à qualidade na educação aparece somente em 1961, no regime parlamentarista, com a aprovação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em seu texto, determina que o Conselho Federal de Educação deve buscar a melhora da qualidade do ensino e aumentar a produtividade do ensino comparado aos seus gastos.

Em 1970, o governo Médici altera novamente a denominação do INEP, passando a ser chamado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Porém, em suas funções ainda não estava clara a atividade de avaliação educacional, inclusive nos anos seguintes o INEP passou por outras alterações referentes às suas funções, continuando com o mesmo foco de sua criação, (NETO, 2007).

Em 1976, tem-se a primeira análise da educação. Através da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, realizando a avaliação dos programas de pós-graduação. A partir deste momento, até os anos noventa, continuava o INEP com suas funções, e em alguns momentos quase foi extinto pela falta de atuação, (NETO, 2007). O autor continua citando que a preocupação com a qualidade só foi abordada oficialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, cujos princípios da educação, consta a garantia de sua qualidade.

Em 1996, o INEP, devido à alteração no sistema de avaliação da educação, passa a ter outras funções, entre elas, a de desenvolver, subsidiar e coordenar a avaliação da educação. A partir deste momento a educação nacional passa pelo desenvolvimento de formas avaliativas, com a finalidade de atestar a qualidade do ensino, (NETO, 2007).

Após a implementação das novas funções do INEP, foi criado por este instituto, uma forma de avaliação da qualidade na educação superior, denominada IGC – Índice Geral de Cursos. Este

índice é uma média ponderada de outros índices, tornando-o assim o único indicador geral da qualidade do ensino superior. O IGC é divulgado anualmente pelo INEP, após o resultado de outros índices que estão em sua fórmula de cálculo. Para Bittencourt, Casartelli e Rodrigues (2009), o IGC é um indicador que expressa a qualidade de todos os cursos de graduação e pós-graduação (stricto-sensu) de uma IES, distribuído na totalidade de campi e área de sua atuação.

De acordo com o INEP (2013), o IGC é uma média ponderada dos conceitos de cursos de graduação e pós-graduação da instituição analisada e serve como uma das ferramentas para orientar o trabalho das comissões de avaliação institucional. O IGC é composto pelo índice de conceito preliminar de cursos (CPC), que por sua vez é composto pelo desempenho dos acadêmicos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) (40%), IDD (30%), instalações e infraestrutura (3%), recursos didáticos (8%), percentual de doutores (12%) e percentual de professores com tempo integral (7%), e conceito de pós-graduação, calculado através dos requisitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para as instituições que não possuem conceitos de pós-graduação considera-se para cálculo apenas a média do CPC.

Para facilitar o entendimento da equação que resulta no conceito (IGC), Bittencourt, Casartelli e Rodrigues (2009), reescreveram-na de forma mais simples:

$$IGC = \{ [PGrad \times G] + [PMest \times (M+5)/2 ] + [PDout \times (D+10)/3 ] \} \times 100$$

Onde:

**G** = média ponderada dos CPCs da IES nos cursos de graduação, onde a ponderação dá-se de acordo com o número de alunos matriculados em cada curso.

**M** = média ponderada dos conceitos CAPES nos programas de pós-graduação, nível de Mestrado, onde a ponderação dá-se de acordo com o número de alunos matriculados no programa de Mestrado. O conceito de tais cursos é limitado a 5.

**D** = média ponderada dos conceitos CAPES nos programas de pós-graduação, nível de Doutorado, onde a ponderação dá-se de acordo com o número de alunos matriculados no programa de Doutorado. Os conceitos são subtraídos de 2 para permitir comparação com os cursos de Mestrado.

**PGrad, PMest e PDout** = percentual de alunos de graduação, mestrado e doutorado. Deve-se salientar que tais percentuais não são calculados diretamente pelo número de alunos matriculados. Isso ocorre porque alunos de pós-graduação têm peso maior do que alunos de graduação. Os pesos são iguais ao conceito obtido pelo programa, subtraído de 2. No caso de mestrados, o conceito é limitado a 5.

O IGC resultante varia em um intervalo de 0 a 500 pontos e para a classificação das IES, o IGC contínuo transforma-se em conceito, esta métrica tem algumas implicações as instituições, conforme apresenta-se no quadro 1.

**Quadro 1** – Classificação IGC

IGC – FAIXAS	IGC – Contínuo	Análise
1	0,0 a 94 pontos	Indicadores de pontos fracos
2	95 a 194 pontos	
3	195 a 294 pontos	Indicativo do mínimo aceitável para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e credenciamento de instituição.
4	295 a 394 pontos	Indicadores de pontos fortes.
5	+395 pontos	

Fonte: Adaptado INEP, 2013 e Portaria MEC nº 2.051 (Brasil, 2004).

Para Gómez (2004) a avaliação do ensino superior tem por objetivo: (i) oferecer parâmetros

para garantir a qualidade da educação para seus usuários e empregadores, (ii) permitir a melhoria da qualidade dos serviços, (iii) servir de instrumento de prestação de contas, (iv) estimular e regular a concorrência entre as instituições, (v) implantar mecanismos de controle do investimento dos recursos públicos, (vi) supervisionar a iniciativa privada na provisão dos bens públicos, (vii) reconhecimento de créditos entre programas e aptidão para receber recursos públicos.

Para Klann *et al.* (2012) a avaliação de desempenho das instituições de ensino superior (IES) divide-se em dois conjuntos de análise, sendo um relacionado à: (a) qualidade de ensino, (b) desempenho acadêmico, (c) pesquisa, (d) inclusão dos egressos no mercado de trabalho e o segundo conjunto de análise relacionado ao desempenho econômico e financeiro dessas instituições. Nesse contexto, a presente pesquisa visa contribuir para demonstrar a relação entre estes dois conjuntos de análise de IES (qualidade e desempenho econômico- financeiro).

Pinto, Heinzen e Melo (2005) realizaram estudo enfocando a obrigatoriedade da avaliação, a partir da regulamentação de procedimentos por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Não se pretende aqui fazer um comentário da mesma, o objetivo é proporcionar uma reflexão acerca das funções, dimensões e das concepções sobre a avaliação na educação superior, as competências gerenciais necessárias para as IES, estabelecendo a partir daí elementos para a construção de formatos avaliativos como compromisso e instrumento de gestão. Assim, a avaliação pode representar uma estratégia gerencial mais dinâmica, mais comunicativa e transparente, visando a busca permanente de alternativas para a superação das dificuldades existentes.

Mainardes, Domingues e Deschamp (2009) buscaram em seu estudo determinar os atributos-chave para a construção de uma imagem de qualidade nos serviços educacionais das instituições que oferecem educação superior. Testando 63 atributos diferentes, identificaram que os cursos de graduação em Administração em Joinville são considerados de alta qualidade. Encontraram também que a imagem de qualidade de uma instituição universitária baseia-se no conjunto: administração e estruturas da instituição, valor do curso para o mercado de trabalho e corpo de professores. O fator-chave que determina a qualidade de uma instituição de ensino superior é a imagem da instituição na comunidade.

## **Indicadores de Desempenho em Instituições do Terceiro Setor**

A Contabilidade exerce papel primordial na elaboração de relatórios financeiros e demonstrações contábeis que possibilitam fomentar a gestão dos recursos e do desempenho das atividades, contribuindo para uma adequada avaliação das organizações do terceiro setor (VILANOVA, 2004).

Klann *et al.* (2012), argumentam que avaliar resultados nas entidades do terceiro setor, entidades sem fins lucrativos, é tão importante e necessária como nas empresas com fins lucrativos. Comumente as instituições sem fins lucrativos não atentam à análise de desempenho e resultados de suas atividades. Porém, Drucker (1994) já convenciona que avaliar desempenho e resultados no terceiro setor, é muito mais importante e mais difícil de ser realizado do que nas empresas com fins lucrativos.

Os gestores se confrontam com diversas dificuldades no gerenciamento das entidades do terceiro setor, inclusive a falta de capacitação profissional. Pela forma voluntária na execução de serviços, muitas vezes os gestores se deparam com a ausência dos atos de gerência, pois suas habilidades profissionais são inerentes aos serviços prestados, e faltam mecanismos capazes de medir desempenho e apontar estratégias de melhoria (GUIMARÃES *et al.*, 2010)

Rocha (2001) argumenta que o processo de profissionalização da gestão organizacional, constitui uma evolução direcionada para níveis formais que traduzem termos de maturidade e desenvolvimento organizacional. Nas instituições sem fins lucrativos, profissionalizar a gestão implica em abandonar práticas paternalistas e protecionistas e direcionar para a aplicação de critérios claros definidos de avaliação e capacitação dos indivíduos inseridos nessa estrutura, aumentando competências e desempenho profissional (OLIVEIRA; PAPA, 2009).

Em paralelo, existe a necessidade de aperfeiçoar a estrutura de gestão da organização, bem como as formas de captação de recursos (PINHO; GUIMARÃES; LEAL, 2010) o que remete à necessidade de transparência e a responsabilidade da entidade sobre seus atos. “Esta

responsabilidade inclui a prestação de contas à sociedade” (SILVEIRA; BORBA, 2010).

Com o intuito de atingir os direitos dos doadores em obter informações coerentes e atender as exigências governamentais, as prestações de contas das entidades do terceiro setor devem ser transparentes, disponibilizadas através de documentos constituídos por relatórios de atividades, demonstrações contábeis e bancárias, dentre outros regidos pelo Código Civil, (NASCIMENTO et al., 2012).

Para cumprir os objetivos de apresentar informações que permitam apresentar relatórios com resultados de desempenho, as organizações devem elaborar demonstrativos que evidenciem informações contábeis e financeiras. Segundo Santos et al. (2008) o Terceiro Setor deve utilizar-se de um sistema adequado de indicadores, possibilitando o monitoramento do desempenho e focando no alcance da missão organizacional. Nos projetos sociais os indicadores são parâmetros que possibilitam minuciar, em que medida os projetos alcançaram os objetivos, procurando demonstrar a realidade e permitir a avaliação dos resultados, (NASCIMENTO et al., 2012).

Barney (1991) descreve as seguintes abordagens de desempenho organizacional a serem utilizadas por instituições do Terceiro Setor: (i) *medida de sobrevivência*: nessa abordagem, sugere-se que a própria sobrevivência da empresa é uma medida de desempenho normal. Essa medida é simples e fácil de usar, porém não proporciona a mensuração de um desempenho considerado superior; (ii) *desempenho do ponto de vista dos múltiplos stakeholders*: nessa abordagem, o desempenho da organização é avaliado em relação às preferências e desejos dos stakeholders. Nesse caso, para mensurar um tipo de desempenho é necessário primeiro entender o contexto geral dos stakeholders, suas expectativas, objetivos e aspirações; (iii) *medidas contábeis*: as medidas contábeis são uma das principais formas de análise de desempenho. Suas abordagens baseiam-se nos acontecimentos passados, possibilitando o entendimento do histórico da organização. As análises das demonstrações contábeis baseiam-se, em geral, na análise de cientes que abordam diferentes realidades. Essas realidades são separadas em quatro tipos de índices e duas formas de análise: índices de liquidez; índices de endividamento; índices de atividade; índices de lucratividade e rentabilidade.

É importante ressaltar a complexibilidade da mensuração de desempenho nas entidades sem fins lucrativos, uma vez que nenhuma medida aparentemente consegue abordar todas as variáveis dessas organizações, e que o desempenho destas se dá pela satisfação dos envolvidos em relação aos recursos aplicados inicialmente (Barney, 1991;; Cruz et al., 2009).

A partir da discussão realizada é clara a complexidade da análise econômica e financeira de organizações sem fins lucrativos, dadas as variáveis como a falta de dados para realização da análise, profissionalização da gestão e outros fatores, o que leva a refletir que indicadores não financeiros, como os citados por Barney (1991), podem complementar e auxiliar aos seus usuários na avaliação, análise e acompanhamento destas entidades.

Santos et al. (2008) afirmam ser imprescindível a existência de métricas que possam auxiliar os gestores na efetiva captação de recursos para entidades sem fins lucrativos. Nesse sentido, em seu estudo objetivam contribuir para a eficácia dos gestores nesse processo de gestão. Propõem uma adaptação do modelo de indicadores de desempenho baseado no marco lógico desenvolvido pela *United States Agency for International Development (USAID)* e no *balanced scorecard (BSC)* de Kaplan e Norton, de modo a auxiliar as organizações sem fins lucrativos na captação de recursos. Nesse estudo, são construídas quatro proposições sobre indicadores de desempenho: (P1) identificar os indicadores de desempenho usados em cada item do projeto para o alcance de seus objetivos; (P2) incluir métricas relativas à medição da satisfação de cada um dos clientes, sejam doadores ou beneficiários do projeto; (P3) incluir métricas que melhorem a apuração e divulgação dos resultados dos projetos e (P4) incluir métricas relativas à medição da participação da população ou empresas envolvidas nas etapas do marco lógico.

Cruz et al. (2009) propuseram uma discussão teórica sobre alguns dos principais indicadores econômico-financeiros em organizações do terceiro setor, com base em relatórios contábeis e dados qualitativos, com o intuito de contribuir no estabelecimento de uma metodologia de análise dessas organizações, com base em suas demonstrações contábeis e forma de gestão, possibilitando a comparação entre diferentes organizações parceiras ou concorrentes. Dentre outras contribuições, os indicadores sugeridos estabelecem um quadro comparativo, que

objetiva auxiliar os *stakeholders* na melhor decisão e destinação de subvenções. Como resultado, apresentaram a importância da adaptação de indicadores predominantemente utilizados para análise de desempenho em organizações públicas e privadas para o terceiro setor, possibilitando perceber algumas formas de mensuração de *performance* institucional visando a sustentabilidade da organização e conseqüentemente de seus projetos como: (a) Indicadores Gerais (medidas de sobrevivência e desempenho pelos *stakeholders*); (b) Indicadores de Liquidez (índice de liquidez corrente e índice de liquidez imediata); (c) Indicadores de Endividamento (índice de participação de capitais de terceiros, garantia de patrimônio social ao capital de terceiros, composição dos exigíveis por tipo de obrigações e composição dos exigíveis por vencimento); (d) Indicadores de Atividade (índice de doações de pessoas físicas, índice de doações de pessoas jurídicas, índice de dependência do mantenedor, índice de gastos administrativos, índice de aplicações em projetos sociais, investimento unitário por projeto e índice de acumulação de superávit; (e) Indicador de Risco (risco de gestão).

Klann et al. (2012) apresentam formas de avaliação de desempenho utilizadas por instituições do ensino superior de Santa Catarina, vinculadas ao Sistema ACADE. O objetivo foi identificar de que forma essas instituições avaliam seu desempenho, se essas organizações utilizam apenas indicadores econômico-financeiros, como de liquidez, rentabilidade, endividamento, ou também indicadores não financeiros, como número de pessoas atendidas, benefícios concedidos, entre outros. Também investigaram se essas organizações exercem algum controle ou avaliação de seus projetos sociais. Os resultados apontam que as instituições avaliam seu desempenho com base principalmente em indicadores relativos à rentabilidade, ao faturamento, aos investimentos e à retenção de clientes. Concluem que as instituições analisadas, de maneira geral, avaliam o seu desempenho, utilizando-se de indicadores financeiros e não financeiros, com foco na satisfação do cliente, o que se justifica pela forma de arrecadação de recursos por parte dessas entidades, baseada principalmente na mensalidade paga pelos alunos.

### **Procedimentos Metodológicos**

Quanto ao seu objetivo, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, a partir de procedimentos bibliográficos e documentais, ao que Marconi e Lakatos (2002, p. 62) mencionam que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas, podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. A respeito da abordagem do problema, este estudo se configura como quantitativo com a utilização de técnicas estatísticas para a análise dos dados, apoiados pelos programas *Statistical Package for the Social Sciences/SPSS®* e *Microsoft Excel®*.

Foram utilizados os dados disponibilizados nos relatórios financeiros das fundações universitárias do Estado de Santa Catarina, mais precisamente nos balanços patrimoniais e demonstrativos de resultado de exercícios, e também o relatório de avaliação do ensino superior, para obtenção do IGC.

### **População e Amostra**

Para obtenção dos dados relativos ao universo da população da pesquisa, buscou-se junto ao sítio da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE, 2016) a relação das universidades associadas o que originou uma população de 16 instituições educacionais. Com o objetivo de atingir a maior representatividade possível da população, e, dessa forma, atender aos requisitos científicos necessários para que os dados coletados sejam válidos, Gil (2002) considera necessário que a amostra seja constituída de um número adequado de elementos. Portanto, para atender a este aspecto, buscaram-se os relatórios financeiros e IGC das 16 fundações, ou seja, toda a população. O Quadro 2 demonstra os IGC e demonstrativos financeiros encontrados das fundações da amostra para a realização da pesquisa.

**Quadro 2** – Amostra das instituições envolvidas no levantamento das informações por ano

Variável	Quantidade de instituições com relatórios disponíveis para análise					
	2011	2012	2013	2014	2015	Total
IGC	14	14	15	16	16	75
Demonstrativos Financeiros	13	15	15	15	15	73
Amostra de fundações analisadas	12	14	14	15	15	70

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Uma instituição foi excluída da amostra, pois, mesmo possuindo IGC, havia ausência dos seus demonstrativos financeiros. Essa IES é pública e seus demonstrativos não foram compartilhados, mesmo quando solicitados diretamente a ela. Em outro caso de exclusão, a instituição não possuía IGC entre os anos de 2011 e 2013 e, por esse motivo, não foi incluída na amostra. Ainda quanto às demonstrações, foram excluídas outras duas instituições que, em 2011, não foram tornados disponíveis os respectivos demonstrativos e nem enviados pelas mesmas após contato. A amostra de dados, dessa forma, representa 87,5% do total da população. Finalmente, se salienta que foram criadas designações fictícias para as fundações com o intuito de manter oculto seus nomes e, assim, a vinculação aos resultados encontrados.

### Coleta e análise dos dados

Para realização da pesquisa se fez necessário buscar as publicações das demonstrações contábeis das fundações do sistema ACAFE, no período de 2011 a 2015 e do IGC do mesmo período. O horizonte temporal escolhido para análise se deu em virtude da disponibilidade dos dados. Inicialmente buscaram-se os relatórios financeiros nos sítios das fundações e, nos casos que não havia divulgação, e-mail foram enviados solicitando a disponibilização das demonstrações para compor o estudo. Já em relação ao IGC, a coleta se deu através do sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2016).

De posse dos relatórios financeiros foi necessário calcular os indicadores de desempenho econômico e financeiro das fundações. Para tanto, os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas, Microsoft Excel®, para facilitar a realização dos cálculos. Para determinação dos indicadores de desempenho que seriam analisados, utilizou-se do estudo de Cruz et al. (2009), que apresenta os indicadores aplicáveis às entidades do terceiro setor, porém foram desconsiderados alguns indicadores, por entender que apesar de serem indicados pelos autores às organizações sem fins lucrativos, entendeu-se que não são aplicáveis às fundações de ensino analisadas.

O quadro 3 demonstra os indicadores de desempenho econômico e financeiro utilizados no estudo.

**Quadro 3** – Matriz de Análise de Desempenho Econômico e Financeiro

INDICADOR		CARACTERÍSTICA	RESULTANTE	PARÂMETRO DE ANÁLISE	AUTORES
LIQUIDEZ	Índice de Liquidez Corrente (ILC)	Relaciona ativos circulantes com passivos circulantes. Está sujeito a disfunções de mensuração pelos registros contábeis.	Apresenta-se em R\$, podendo ser qualquer valor acima de R\$ 0,00.	R\$ 0,00 a 0,99 = ruim R\$ 1,00 nula Acima de R\$ 1,01 boa	Barney, (1991); Matarazzo, (2003); Iudícibus e Marion (2000); Cruz et.al. (2009).
	Índice de Liquidez Imediata (LI)	Relaciona as disponibilidades com os passivos circulantes. Nesse índice os efeitos de qualquer disfunção de avaliação em decorrência dos registros contábeis são nulos.	Apresenta-se em R\$, podendo ser qualquer valor acima de R\$ 0,00.	R\$ 0,00 a 0,79 = ruim R\$ 0,80 a R\$ 1,00 nula Acima de R\$ 1,01 boa	

<b>ENDIVIDAMENTO</b>	Índice de participação de capitais de terceiros (IPCT)	Relaciona a divisão do total do capital de terceiros com o ativo total a instituição, no curto, médio e longo prazo. Está sujeito a disfunções de avaliação, valor real dos permanentes, inadimplência de recebíveis, entre outros.	Apresenta-se em % demonstrando o percentual do ativo que é financiado por recursos de terceiros.	Depende do custo do capital de terceiros e da dotação orçamentária de subvenções ordinárias e extraordinárias.	Barney, (1991); Matarazzo, (2003); Ludícibus e Marion (2000); Cruz et.al. (2009).
	Garantia do patrimônio social ao capital de terceiros (GPSCT)	Representa a quantidade dos capitais de terceiros que são garantidos pela existência de um capital próprio. Está sujeito a disfunções de avaliação, valor real dos permanentes, inadimplência de recebíveis, entre outros.	Apresenta-se em %, demonstrando a garantia efetiva que o capital de terceiros teria, caso necessário.	Depende do tempo de existência da instituição, quanto mais tempo tiver a instituição, maior deve ser a garantia de pagamento dos capitais de terceiros.	
	Composição dos exigíveis (tipo de obrigações) (CETO)	Contempla a identificação dos exigíveis, entre passivos onerosos e não onerosos.	Apresenta-se em %.	Quanto maior o percentual dos passivos não onerosos melhor.	
	Composição dos exigíveis (por vencimento) (CEPV)	Contempla a identificação dos exigíveis por vencimentos, destacando o curto, médio e longo prazo.	Apresenta-se em %.	Quanto maior o percentual do curto prazo, maior o volume de recursos cuja liquidação deverá ocorrer no curto prazo (até 12 meses).	
<b>ATIVIDADE</b>	Índice de gastos administrativos (IGA)	Identifica o percentual da receita operacional bruta destinado aos gastos administrativos da instituição.	Apresenta-se em %.	Quanto maior o percentual, maior é a estrutura básica da instituição e maior é a necessidade de subvenções.	Olak e Nascimento (2008); Cabral (2008); Cruz et.al. (2009); Zoghbi, et. al. (2011).
	Índice de acumulação de superávit (IAS)	Identifica o percentual de contribuição do período ao patrimônio social da instituição.	Apresenta-se em %.	Quanto maior o percentual de contribuição do superávit, maior o volume de recursos em trânsito para aplicação em projetos ou maior é a sobra de recursos a serem incorporados a estrutura patrimonial da instituição.	

Fonte: Adaptado de Cruz et al. (2009).

Após o cálculo dos índices de desempenho apresentados no quadro 3, e coletado o IGC das fundações, período 2011 a 2015, fez-se necessário identificar a relação entre estes indicadores, e para isto, utilizou-se a técnica estatística de correlação de *Person*.

Para Garson (2009) a correlação de *Pearson* ( $r$ ) é uma medida de associação do grau de relacionamento entre duas variáveis, e para Moore (2007, p. 100) “a correlação mensura a direção e o grau da relação linear entre duas variáveis quantitativas”. A correlação de *Pearson* ( $r$ ), não se utiliza de variáveis independentes e dependentes, busca, apenas identificar a relação entre as variáveis analisadas. O coeficiente da correlação de *Pearson* ( $r$ ) varia de -1 a 1. O sinal indica a direção positiva ou negativa da relação entre as variáveis, e o valor sugere a força da associação entre elas. Já uma correlação de valor zero indica que não há relação linear entre os dados analisados.

Para análise do coeficiente de *Pearson* ( $r$ ) deste estudo, utiliza-se modelo de classificação do coeficiente proposto por Santos (2007), conforme encontra-se na Tabela 1.

**Tabela 1** – Indicadores para análise do coeficiente de correlação

Coeficiente de correlação de pearson ( $r$ )	Correlação
$r = 1$	Perfeita positiva
$0,8 \leq r < 1$	Forte positiva
$0,5 \leq r < 0,8$	Moderada positiva
$0,1 \leq r < 0,5$	Fraca positiva
$0 < r < 0,1$	Ínfima positiva
0	Nula
$-0,1 < r < 0$	Ínfima positiva
$-0,5 < r \leq -0,1$	Fraca negativa
$-0,8 < r \leq -0,5$	Moderada negativa
$-1 < r \leq -0,8$	Forte negativa
$r = -1$	Perfeita negativa

Fonte: Adaptado de Santos (2007).

Para verificar se a distribuição da amostra apresentava normalidade dos dados, foi realizado o teste de *Kolmogorov-Smirnov* através do programa IBM® Statistical Package for the Social Sciences/SPSS®. A conclusão do teste foi positiva, sendo possível utilizar o coeficiente de correlação de *Pearson* para averiguar a existência de relação entre os indicadores econômico-financeiros e o indicador de qualidade nas instituições de ensino superior.

A pesquisa tem por intuito identificar a relação entre indicadores de desempenho econômicos e financeiros com o indicador de qualidade de ensino. Para isso, considerou-se como variável Y o IGC, e como variáveis X os indicadores de desempenho econômico e financeiro das instituições demonstrados no quadro 2.

A metodologia descrita foi essencial para se alcançar o objetivo do estudo, permitindo assim, a realização da análise dos dados, e com isso, contribuir nos seguintes aspectos: (i) estudos que explorem as medidas de avaliação de desempenho aplicáveis às organizações sem fins lucrativos; (ii) a relação entre desempenho econômico e financeiro com indicadores de qualidade; e; (iii) propiciar às instituições de ensino a elucidação sobre o envolvimento das variáveis analisadas.

## Descrição e Análise de Dados

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa referente à existência da relação entre os indicadores econômicos/financeiros extraídos das demonstrações financeiras e o IGC como indicador de qualidade nas instituições de ensino.

Os dados apresentados nas tabelas 2 a 5 são referentes ao IGC e indicadores econômicos/financeiros de cada instituição, e para salvaguardar a imagem das mesmas, estas serão denominadas por ordem alfabética de A a P.

Na Tabela 2 apresenta-se o IGC das instituições analisadas dos anos de 2011 a 2015 onde é possível observar que a média do IGC entre as instituições no ano de 2015 foi a maior entre todos os períodos e a menor média foi no ano de 2012.

**Tabela 2 – IGC IES de 2011 a 2015**

IES	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA IGC P/ IES
A	2,42	2,30	2,21	2,00	2,03	2,19
B	2,69	2,72	2,50	2,48	2,52	2,58
C	2,32	2,22	2,25	2,27	2,30	2,27
D	3,75	3,43	3,45	3,53	3,69	3,57
E	2,52	2,47	2,34	2,28	2,37	2,40
F	2,44	2,42	2,47	2,45	2,57	2,47
G	1,84	2,00	2,79	2,69	2,77	2,42
H	2,70	2,68	2,53	2,50	2,55	2,59
I	2,68	2,66	2,67	2,80	2,84	2,73
J	2,08	2,02	1,91	1,93	2,13	2,01
K	2,79	2,81	2,79	2,82	2,86	2,81
L	2,40	2,31	2,39	2,38	2,63	2,42
M	0,00	0,00	0,00	1,98	1,97	0,79
N	2,18	2,20	2,20	2,19	2,26	2,21
O	2,35	2,31	2,27	2,23	2,35	2,30
P	0,00	0,00	4,06	4,06	3,67	2,36
MÉDIA IGC	2,20	2,16	2,43	2,54	2,59	2,38

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Analisando ainda a Tabela 2 pode-se observar que a entidade que possui o maior IGC médio é a IES D, porém observa-se que nos anos de 2013 a 2015 a instituição aqui denominada P é a que tem o melhor índice de qualidade (IGC). Já na Tabela 3 são apresentados os indicadores de liquidez utilizados para análise.

**Tabela 3 – Indicadores de Liquidez**

IES	2011		2012		2013		2014		2015	
	ILC	ILI								
A	<b>0,78</b>	<b>0,04</b>	<b>0,63</b>	<b>0,04</b>	<b>0,44</b>	<b>0,12</b>	<b>0,47</b>	<b>0,05</b>	<b>0,75</b>	<b>0,12</b>
B	0,00	0,00	1,80	0,22	1,52	0,10	1,26	0,16	1,34	0,11
C	0,37	0,11	0,52	0,23	0,98	0,41	0,41	0,17	0,27	0,02
D	2,27	2,27	2,78	2,78	1,53	0,25	3,18	0,49	2,89	0,78
E	0,94	0,44	0,94	0,44	1,09	0,77	1,20	0,88	1,41	1,08
F	0,72	0,02	0,89	0,08	0,73	0,07	0,80	0,02	0,86	0,04
G	3,26	1,76	3,48	2,18	3,91	2,14	2,86	1,47	3,33	1,11
H	0,83	0,06	0,69	0,11	1,57	0,26	1,75	0,25	2,25	0,41
I	2,23	1,81	2,37	2,08	1,31	1,09	1,29	1,14	1,44	1,17
J	1,33	0,20	1,19	0,21	1,14	0,29	0,89	0,27	1,31	0,11
K	0,94	0,23	0,86	0,22	0,81	0,26	1,15	0,46	1,13	0,58
L	0,70	0,05	0,57	0,10	0,62	0,20	0,60	0,04	0,83	0,22
M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,10	0,01	0,71	0,04
N	0,00	0,00	0,17	0,03	0,19	0,00	0,69	0,06	0,50	0,01
O	0,52	0,04	0,55	0,13	0,56	0,14	0,41	0,06	0,53	0,02
P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÉDIA	0,93	0,44	1,09	0,55	1,03	0,38	1,13	0,35	1,22	0,36

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A tabela 3 demonstra que o ILC médio das entidades teve uma tendência de crescimento de 2011 a 2012, o que demonstra que as IES possuem situação favorável para o pagamento de suas obrigações de curto prazo, enquanto o ILI médio das IES apresenta uma situação desfavorável. A IES G é a que apresente melhores indicadores de liquidez seguida pela IES I e D, a entidade P não teve seus indicadores calculados devido à inexistência das demonstrações contábeis.

Na tabela 4 são apresentados os índices de endividamento das instituições, foram calculados os índices de participação de capital de terceiros, garantia do patrimônio social sobre o capital de terceiros, composição do endividamento pelo tipo de obrigação e composição do endividamento pelo tipo de vencimento da dívida. Estes indicadores permitem aos seus usuários compreender o perfil da dívida das entidades e da sua utilização de capital de terceiros.

**Tabela 4 – Indicadores de Endividamento**

IES	2011				2012				2013				2014				2015			
	IPCT	GPSCT	CETO	CEPV																
A	0,78	0,29	0,59	0,66	0,89	0,13	0,48	0,78	0,91	0,10	0,49	0,47	0,93	0,08	0,47	0,39	0,97	0,03	0,43	0,21
B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,24	3,10	0,09	0,20	0,25	3,06	0,08	0,17	0,26	2,90	0,12	0,22	0,25	3,97	0,11	0,22
C	0,42	1,38	0,56	0,77	0,32	2,11	0,28	0,87	0,27	2,72	0,26	0,76	0,08	2,09	0,38	0,95	0,12	1,07	0,38	0,85
D	0,25	2,99	0,00	0,37	0,20	3,91	0,00	0,60	0,29	2,41	0,00	0,80	0,13	6,74	0,00	0,58	0,09	9,71	0,00	0,71
E	0,38	1,62	0,30	0,84	0,41	1,46	0,37	0,77	0,37	1,68	0,25	0,83	0,34	1,90	0,14	0,91	0,18	1,98	0,06	0,91
F	0,54	0,87	0,26	0,50	0,53	0,88	0,64	0,44	0,61	0,69	0,64	0,50	0,56	0,77	0,64	0,65	0,62	0,62	0,60	0,65
G	0,18	4,70	0,48	0,46	0,15	5,60	0,39	0,54	0,12	7,44	0,25	0,67	0,08	11,55	0,09	1,00	0,07	14,02	0,00	1,00
H	0,66	0,52	0,07	0,48	0,58	0,73	0,05	0,62	0,63	0,61	0,07	0,25	0,49	0,56	0,10	0,27	0,51	0,59	0,09	0,24
I	0,28	2,52	0,00	0,21	0,28	2,60	0,00	0,25	0,16	5,45	0,00	0,49	0,14	5,99	0,00	0,49	0,15	5,46	0,00	0,57
J	0,27	2,69	0,26	0,76	0,30	2,38	0,19	0,79	0,39	1,59	0,12	0,47	0,47	1,12	0,13	0,53	0,62	0,62	0,09	0,31
K	0,33	2,06	0,57	0,45	0,32	2,13	0,59	0,49	0,31	2,26	0,58	0,54	0,18	4,54	0,62	0,37	0,18	4,56	0,61	0,52
L	0,40	1,46	0,41	0,81	0,47	1,13	0,32	0,86	0,54	0,84	0,36	0,73	0,43	1,31	0,22	0,81	0,50	0,90	0,30	0,76
M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	3,02	0,51	1,00	0,35	1,85	0,43	1,00
N	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65	0,54	0,53	0,65	0,70	0,42	0,36	0,53	0,32	2,08	0,26	0,44	0,30	2,37	0,10	0,43
O	0,46	1,19	0,19	0,47	0,51	0,98	0,25	0,63	0,50	1,02	0,20	0,69	0,52	0,92	0,27	0,72	0,65	0,53	0,34	0,74
P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Média	0,31	1,39	0,23	0,42	0,37	1,73	0,26	0,53	0,38	1,89	0,23	0,49	0,32	2,85	0,25	0,58	0,35	3,02	0,22	0,57

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Analisando a participação de capital de terceiros média nestas entidades, é possível observar que o mesmo não tem grandes oscilações nos períodos analisados, enquanto em 2011 foi de 31% em 2015 foi de 35%, os demais indicadores demonstram o mesmo comportamento.

Ainda compondo os indicadores analisados neste estudo, demonstra-se os indicadores de atividade das instituições, índice de gastos administrativos e índice de acumulação do superávit, dos anos de 2011 a 2015, demonstrados na tabela 5.

**Tabela 5 – Indicadores de Atividade.**

IES	2011		2012		2013		2014		2015	
	IGA	IAS								
A	0,11	-0,67	0,18	-0,96	0,18	0,17	0,11	-0,18	0,14	-0,72
B	0,00	0,00	0,22	0,00	0,24	-0,02	0,19	0,00	0,21	0,00
C	0,28	0,02	0,24	0,13	0,27	0,09	0,28	0,06	0,33	-0,35
D	0,23	0,07	0,24	0,32	0,24	0,13	0,24	0,18	0,23	0,16
E	0,19	0,11	0,18	0,15	0,18	0,14	0,17	0,13	0,17	0,13
F	0,31	0,05	0,31	0,05	0,32	-0,10	0,31	0,01	0,32	0,03
G	0,11	0,07	0,10	0,10	0,11	0,02	0,14	0,06	0,14	0,05
H	0,18	0,00	0,25	0,03	0,25	0,07	0,22	0,07	0,23	0,02
I	0,31	0,08	0,29	0,03	0,33	-0,09	0,33	0,00	0,31	0,04
J	0,24	0,00	0,24	-0,05	0,22	-0,08	0,23	-0,19	0,25	-0,06
K	0,23	-0,03	0,25	0,00	0,20	0,00	0,16	0,00	0,12	0,02
L	0,10	0,13	0,15	-0,01	0,13	-0,10	0,17	0,02	0,12	0,04
M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	0,31	0,09	-0,06
N	0,00	0,00	0,25	-0,10	0,29	-0,23	0,28	-0,02	0,23	0,01

O	0,29	0,00	0,29	0,18	0,30	0,10	0,33	0,09	0,34	0,07
P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>MÉDIA</b>	<b>0,16</b>	<b>-0,01</b>	<b>0,20</b>	<b>-0,01</b>	<b>0,20</b>	<b>0,01</b>	<b>0,21</b>	<b>0,03</b>	<b>0,20</b>	<b>-0,04</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Depois de identificados os indicadores econômicos/financeiros e o IGC de cada IES, investigou-se a relação entre estes. Inicialmente apresenta-se a relação entre o IGC com os indicadores de liquidez, depois o IGC com os indicadores de endividamento e por último o IGC e os indicadores de atividade, sempre demonstrando o resultado do teste estatístico de correlação de *Pearson* e posterior apresentação da análise descritiva deste resultado.

**Quadro 5 – Correlação entre o IGC e os indicadores de liquidez**

		IGC	ILC	ILI
IGC	Correlação de Pearson	1	,445**	,398**
	Sig. (2 extremidades)		,000	,001
	N	70	70	70
ILC	Correlação de Pearson	,445**	1	,778**
	Sig. (2 extremidades)	,000		,000
	N	70	70	70
ILI	Correlação de Pearson	,398**	,778**	1
	Sig. (2 extremidades)	,001	,000	
	N	70	70	70

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Através do quadro 5, percebe-se que a variável IGC apresentou uma correlação positiva de 0,445 com a variável índice de liquidez corrente (ILC) e 0,398 com a variável índice de liquidez imediata (ILI), estatisticamente significativa a um nível de 0,01. Conforme o modelo de classificação do coeficiente proposto por Santos (2007), a correlação entre o indicador de qualidade nas instituições de ensino superior e os indicadores de liquidez é considerada positivamente fraca.

**Quadro 6 – Correlação entre o IGC e os indicadores de endividamento**

		IGC	IPCT	GPSCT	CETO	CEPV
IGC	Correlação de Pearson	1	-,373**	,436**	-,360**	-,116
	Sig. (2 extremidades)		,001	,000	,002	,340
	N	70	70	70	70	70
IPCT	Correlação de Pearson	-,373**	1	-,715**	,367**	-,184
	Sig. (2 extremidades)	,001		,000	,002	,127
	N	70	70	70	70	70
GPSCT	Correlação de Pearson	,436**	-,715**	1	-,359**	,176
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000		,002	,146
	N	70	70	70	70	70
CETO	Correlação de Pearson	-,360**	,367**	-,359**	1	,158
	Sig. (2 extremidades)	,002	,002	,002		,190
	N	70	70	70	70	70
CEPV	Correlação de Pearson	-,116	-,184	,176	,158	1
	Sig. (2 extremidades)	,340	,127	,146	,190	
	N	70	70	70	70	70

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quanto aos índices de endividamento, demonstra-se no quadro 6, que a variável IGC

apresentou uma correlação negativa de -0,373 com a variável de participação de capitais de terceiros (IPCT), bem como uma correlação negativa de -0,360 com a variável composição dos exigíveis por tipo de obrigações (CETO) e também negativa em -0,116 com a composição dos exigíveis por vencimento (CEPV), estes resultados estão estatisticamente significativos a um nível de 0,01. Analisando estes resultados através do modelo de classificação do coeficiente proposto por Santos (2007), a correlação entre o indicador de qualidade nas instituições de ensino superior e estes 3 indicadores de endividamento se mostra com fraca negativa.

Ainda quanto aos índices de endividamento, a variável garantia do patrimônio social ao capital de terceiros (GPSCT) apresentou uma correlação positiva de 0,436 com o IGC, que na tabela classificação de Santos (2007) é determinada como uma correlação fraca positiva.

**Quadro 7** – Correlação entre o IGC e os indicadores de atividade

		IGC	IGA	IAS
IGC	Correlação de Pearson	1	,109	,264*
	Sig. (2 extremidades)		,368	,027
	N	70	70	70
IGA	Correlação de Pearson	,109	1	,121
	Sig. (2 extremidades)	,368		,319
	N	70	70	70
IAS	Correlação de Pearson	,264*	,121	1
	Sig. (2 extremidades)	,027	,319	
	N	70	70	70

\*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2017.

O resultado da correlação entre o IGC e os indicadores de atividade demonstrados no quadro 7 apresenta correlação positiva de 0,109 e 0,264 respectivamente, para os indicadores de atividade índice de gastos administrativos e índice de acumulação de superávit, estatisticamente significativa a um nível de 0,05. Conforme a classificação proposta por Santos (2007), a correlação entre o indicador de qualidade nas instituições de ensino superior e os indicadores de atividade é julgado como fraca positiva.

Com os resultados da correlação de *Pearson*, elabora-se a tabela 2 com o resumo da classificação das correlações baseadas na classificação dos coeficientes de correlação elaboradas por Santos (2007).

**Tabela 6:** Classificação das correlações

ÍNDICES	CORRELAÇÃO COM O IGC
ILC	Fraca positiva
ILI	Fraca positiva
IPCT	Fraca negativa
GPSCT	Fraca positiva
CETO	Fraca negativa
CEPV	Fraca negativa
IGA	Fraca positiva
IAS	Fraca positiva

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

A partir das análises de relação realizadas e da tabela 6 é possível afirmar que a relação entre os indicadores econômicos/financeiro com o indicador de qualidade de ensino, neste estudo o IGC, possuem relação fraca, sendo com os indicadores de atividade e liquidez positiva e com os indicadores de endividamento (IPCT, CETO, CEPV) negativa, o que demonstra que bons ou maus resultados econômicos/financeiros não refletem em boa ou má qualidade de ensino, e a inversa também é verdadeira.

## Conclusões e Considerações Finais

O objetivo deste estudo era a verificação e identificação da existência de relação entre o desempenho econômico/financeiro das fundações do segmento de ensino superior e os seus indicadores de qualidade. Foi realizada pesquisa descritiva através de análise documental nos relatórios disponíveis entre o ano de 2011 a 2015 das fundações de ensino superior integrantes da ACAFE e o respectivo indicador de qualidade de ensino disponível para o período destas instituições.

Primeiramente buscaram-se os indicadores de qualidade no ensino superior, que na pesquisa foi determinado para tal métrica o IGC, em seguida foi realizado a busca pelos relatórios econômico-financeiros das instituições. Após os achados foram calculados os indicadores econômico-financeiros escolhidos para realizar a relação proposta no estudo.

Na sequência foi realizada a análise estatística pelo coeficiente de *Pearson* que permitiu auferir o objetivo do estudo. Foi elaborado também um quadro resumo com a classificação das correlações entre os indicadores econômico-financeiros e o indicador de qualidade do ensino superior.

Conclui-se com este estudo que existe uma fraca relação entre o desempenho financeiro e econômico e de atividades das instituições e a qualidade do ensino, seja esta relação positiva ou negativa, conforme demonstrado na tabela 2. Demonstra-se com isso que bons ou maus resultados econômicos financeiros das instituições não refletem em boa ou má qualidade de ensino, assim como um bom ou mau desempenho na qualidade do ensino não vai influenciar em melhor ou pior desempenho financeiro e econômico.

Este estudo contribui para o crescimento da produção acadêmica e registros que tem como objeto de estudo as organizações sem fins lucrativos, mas especificamente as fundações de ensino, auxiliando assim para ampliação da reflexão acerca dos fundamentos conceituais e metodológicos essenciais para a gestão destas entidades. Elucidando ainda a relação entre o desempenho financeiro e a qualidade de ensino das instituições de ensino superior.

A contribuição permeia ainda a discussão teórica e empírica que envolve as medidas de desempenho que são aplicáveis às organizações sem fins lucrativos, contribuindo para que haja a propagação tanto no meio acadêmico, quanto no meio profissional, auxiliando para a profissionalização da gestão das entidades do terceiro setor.

A colaboração desta pesquisa permite discutir a inclusão dos fatores econômicos e financeiros na avaliação das instituições de ensino, revendo assim a composição do IGC, pois é de suma importância avaliar a sustentabilidade econômica e financeira destas organizações, para que não haja o comprometimento da prestação de serviços educacionais, levando a consequências negativas ao sistema de ensino superior brasileiro.

Os achados neste estudo aguçam novos estudos sobre a relação entre os indicadores de qualidade de ensino e o desempenho econômico financeiro das instituições, pois não se deve ignorar por completo tal relação entre os itens estudados, mas sim realizar estudos mais aprofundados do assunto para verificar se outras variáveis não lineares podem influenciar esta relação.

## Referências

ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D.S. Inventário de Práticas Docentes que Favorecem a Criatividade no Ensino Superior. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n.1, 2004.

ASSIS, M.S.; MELLO, G.R.; SLONSKI, V. Transparência nas entidades do terceiro setor. A demonstração do resultado econômico como instrumento de mensuração de desempenho. **Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, v. 3, 2006.

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, New York, v. 40, n. 4, p. 13-19, 1991.

BITTENCOURT, H. R.; CASARTELLI, A. O.; RODRIGUES, A. C. M.. Sobre o índice geral de cursos (IGC). **Avaliação, Campinas**, v. 14, n. 3, p. 667-682, 2009.

CRUZ, J. A. W.; STADLER, H.; MARTINS T. S.; ROCHA, D. T. Avaliação de desempenho no terceiro setor:

uma abordagem teórica de *strategic accounts*. **REBRAE**. Revista Brasileira de Estratégia, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 17-26, 2009.

DEMO, P. **Desafios Modernos da Educação**. 1 ed., Petrópolis: Vozes, 2001.  
do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

DRUCKER, P. F. **Managing the Non-Profit Organization: Practices and Principles**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1992.

FALCONER, A. P. A promessa do terceiro setor. Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

GALVÃO, H. M.; CORRÊA, H. L.; ALVES, J. L. Modelo de avaliação de desempenho global para instituição de ensino superior. **Revista Administração UFSM**, Santa Maria, v. 4, n. 3, p. 425-441 set./dez. 2011.

GOMES, A. F. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002.

GÓMEZ, R. R. La educación superior transnacional em México: el caso Sylvan-universidad del Valle de México. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 1044-1071, Especial – Out./2004.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice geral de cursos – IGC**. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em 02 Abr. 2017.

KLANN, R. C.; CUNHA, P. R.; RENGEL, S.; SCARPIN J. E. Avaliação de desempenho das instituições de ensino superior pertencentes à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). **Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v. 15, n. 3, p. 71-87, set./dez. 2012.

MAINARDES, E. W.; DOMINGUES, M. J. C.; DESCHAMPS, M. Avaliação da qualidade nos serviços educacionais das instituições de ensino superior em Joinville, sc. **REGE Revista de Gestão**, v. 16, n. 1, p. 17-32, 2009.

MOORE, D. S. **The Basic Practice of Statistics**. New York, Freeman, 2007.

NASCIMENTO, E. M.; MARQUES, V.A.; OLIVEIRA, M. C.; CUNHA, J.V.A. Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial-doi: 10.4025/enfoque.v31i1.10586. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 31, n. 1, p. 37-52, 2012.

NETO, J. L. H. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras mediações em educação até o SEAB de 2005. *Revista Iberoamericana de Educación*. n. 42/5, 2007.

PINHO, L.; GUIMARAES, I. P.; LEAL, R. S.. Profissionalização da gestão organizacional no terceiro setor: um estudo de caso na Fundação Instituto Feminino da Bahia. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 13, n. 3, 2010.

PINTO, M. D.; HEINZEN, J. L.; MELO, P. A.. Avaliação como compromisso e instrumento de gestão nas Instituições de Ensino Superior. **Avaliação**, v. 10, n. 1, p. 105-119, 2005.

REGO, A. O bom cidadão docente universitário Na senda da qualidade no ensino superior. **Educação**

**& Sociedade**, Campinas, n. 75, agosto, 2001.

ROCHA, C. **A profissionalização da Gestão das Empresas Familiares num Contexto de Mudança:** um estudo de caso no setor têxtil. 2001. 133 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. **The emerging nonprofit sector: an overview.** Manchester University Press. Manchester, 1996.

SANTOS, N.C.; SUBLABAN, C.S.Y.; SACOMANO NETO, M.; GIULIANI, A.C.; SPERS, V.R.E. Captação de Recursos Financeiros em Organizações Sem Fins Lucrativos: A Utilização de Indicadores de Gestão para os Doadores e Beneficiários dos Projetos Sociais **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 11-91, 2008.

SGUISSARDI, V. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil: 2002-2012.** Piracicaba (SP):[Sn], 2014.

SILVEIRA, D.; BORBA, J. A. Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: Uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 41-68, jan./mar. 2010.

VILANOVA, R. C. N. **Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor:** uma abordagem da gestão econômica. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São paulo, 2004.

WEBER, S. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 85, dezembro 2003.

Recebido em 30 de setembro de 2018.

Aceito em 6 de novembro de 2018.